



Carta Social e do Trabalho

ISSN 1980-5144

INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNICAMP

Diretor

Fernando Sarti

Direção Executiva do CESIT

Denis Maracci Gimenez

Anselmo Luis dos Santos

Conselho Editorial

Carlos Alonso Barbosa de Oliveira

Carlos Salas Paez

Christoph Scherrer

Clemente Ganz Lúcio

Fernando Sarti

Frank Hoffer

José Carlos de Souza Braga

José Dari Krein

Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo

Marcelo Weishaupt Proni

Márcio Pochmann

Paulo Eduardo de Andrade Baltar

Edição e Coordenação de Pareceristas

Denis Maracci Gimenez

Anselmo Luis dos Santos

Membros do CESIT

Adriana Nunes

Alessandro Cesar Ortuso

Alexandre Gori Maia

Amilton José Moretto

Anselmo Luis dos Santos

Carlos Alonso Barbosa de Oliveira

Carlos Salas Paez

Daniel de Mattos Hofling

Denis Maracci Gimenez

Eugênia Troncoso Leone

Geraldo Di Giovanni

Hugo Magalhães Dias

Jana Silverman

José Dari Krein

José Ricardo Barbosa Gonçalves

Magda Barros Biavaski

Marcelo Weishaupt Proni

Márcio Pochmann

Marco Antônio de Oliveira (licenciado)

Maria Alejandra Caporale Madi

Maria Alice Pestana de Aguiar Remy

Paulo Eduardo de Andrade Baltar

Sônia Tomazini (licenciada)

Vitor Araújo Filgueiras

Waldir José de Quadros

Walter Barelli

Wilnês Henrique (licenciada)

Projeto Visual e Editoração Eletrônica

Célia Maria Passarelli

CESIT – Instituto de Economia da Unicamp

Cidade Universitária Zeferino Vaz

Caixa Postal 6135 – CEP 13083-970

Campinas – SP

Telefone: 55 – 19 – 3521-5720

E-mail: cesit@eco.unicamp.br

www.eco.unicamp.br/cesit

TEMA:
PARALISIA ECONÔMICA,
RETROCESSO SOCIAL E ELEIÇÕES

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Denis Maracci Gimenez

Anselmo Luis dos Santos 1

ARTIGO

Paralisia econômica, retrocesso social
e eleições

Waldir Quadros 2

APRESENTAÇÃO

Denis Maracci Gimenez
Anselmo Luis dos Santos
(Editores)

As eleições no Brasil em 2014 ocorreram sobre forte debate sobre as condições da economia brasileira e suas perspectivas para os anos vindouros. Entre evidentes dificuldades conjunturais e profundos problemas estruturais, a desaceleração da economia em curso ao longo do primeiro mandato da Presidente Dilma Roussef converteu-se no primeiro ano de seu novo mandato, na maior recessão dos últimos 25 anos, conforme as projeções do próprio governo.

Depois de uma década de mobilidade social ascendente, esse comportamento da economia, ainda que lentamente, passou a erodir as condições pretéritas dos importantes avanços sociais ocorridos.

Para tratar deste movimento de reversão econômica e social, nesta edição nº 30 da *Carta Social e do Trabalho* publicamos o artigo “Paralisia econômica, retrocesso social e eleições” do professor Waldir Quadros. De forma clara, Quadros caracteriza, por um lado, que apesar da redução do ritmo de crescimento econômico, a mobilidade social ascendente continuou avançando nos dois primeiros anos do governo Dilma. Por outro lado, identifica a partir dos dados da PNAD de 2013 “um cenário totalmente distinto e preocupante” de significativa piora entre 2012 e 2013, que interrompeu um ciclo de melhorias que perdurava desde 2004.

O Prof. Waldir Quadros destaca que “em 2013 são bastante expressivas as reduções na Alta (780 mil pessoas) e, principalmente, na Média Classe Média (2,6 milhões), inchando a Baixa Classe Média” e que “por sua vez, os números sugerem que um contingente em torno de um milhão de pessoas foi rebaixado desta última camada, algo inédito ao menos desde 2004”. Ademais, indica que “pela primeira vez no período, a camada de Miseráveis cresce em 1,3 milhão de pessoas, revelando a profundidade do descenso social”.

Com a desaceleração econômica mais forte em 2014, vislumbram-se tendências de aprofundamento deste movimento regressivo, reforçadas pelos desdobramentos do ajuste recessivo promovido pelo governo em 2015. Conforme afirma Quadros, “se a paralisia prolongada provocou um retrocesso desta magnitude, um recuo maior na economia pode causar um estrago ainda mais sério na estrutura social, em grande medida afetando aqueles que foram beneficiados recentemente”.

Rica e inquietante reflexão do professor Waldir Quadros sobre as relações entre economia e a estrutura social brasileira no momento presente, presente nesta edição da *Carta Social e do Trabalho*.

PARALISIA ECONÔMICA, RETROCESSO SOCIAL E ELEIÇÕES ¹Waldir Quadros²**1 PNAD 2013: um novo cenário da mobilidade social**

Em artigo recente, utilizando os dados de 2012 da PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE, constatamos, com certa surpresa, que apesar dos baixos índices de crescimento econômico a mobilidade social havia avançado nos dois primeiros anos do Governo Dilma³.

Entretanto, os dados da PNAD de 2013 revelam um cenário totalmente distinto e preocupante. Como se observa na Tabela 1, de 2012 para 2013 a piora é bastante significativa e interrompe um ciclo de melhorias que ocorria desde 2004.

Tabela 1
Estratificação social da população brasileira⁴

“Padrões de vida”	2012 (%)	2013 (%)
Alta Classe Média	8,9	8,5
Média Classe Média	15,6	14,3
Baixa Classe Média	43,0	44,2
Massa Trabalhadora	25,1	24,9
Miseráveis	7,4	8,1
Total	100,0	100,0

Fonte: PNAD – IBGE.

¹ Publicado originalmente em janeiro de 2015 como Texto para Discussão n. 249 do Instituto de Economia da Unicamp.

² Professor associado aposentado do IE-Unicamp e Professor da Facamp – Faculdades de Campinas.

³ “2009 a 2012: heterodoxia impulsiona melhorias sociais”. Campinas: Unicamp. IE, maio 2014. (Texto para Discussão, n. 230). Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3344&tp=a>.

⁴ É importante registrar que na metodologia que adotamos para estratificar a população, as famílias são classificadas com base na posição do membro melhor situado. Quando um membro alcança uma melhor ocupação toda família é reposicionada para cima, independente da renda per capita. Assim sendo, esta metodologia é bastante sensível às flutuações conjunturais na mobilidade social, tanto nas fases ascendentes como nas descendentes, em que a piora da situação do membro melhor situado pode levar a família toda para uma posição inferior. Por outro lado, o topo da estrutura é a Alta Classe Média, uma vez que os inquéritos domiciliares não captam adequadamente os rendimentos (declarados) dos ricos. A metodologia completa pode ser consultada em <http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=1777&tp=a>, na série Texto para Discussão. Cf. Quadros, W. A evolução da estrutura social brasileira – Notas metodológicas. Campinas: Unicamp. IE, out. 2008. (Texto para Discussão, n. 147).

De um lado, encolhem as participações das pessoas e famílias com “padrão de vida” de Alta e Média Classe Média, sugerindo uma queda em cascata que incha a Baixa Classe Média. De outro, aumenta a participação da camada de Miseráveis e as variações das outras camadas indicam que também ocorreu uma descida de integrantes da Baixa Classe Média para a Massa Trabalhadora (pobres) e desta para a última camada.

A dimensão do retrocesso nas camadas sociais fica ainda mais nítida quando se examina o comportamento dos números absolutos de pessoas envolvidas, como é apresentado na Tabela 2.

Tabela 2
Estratificação social da população brasileira

“Padrões de vida”	2012 (Mil pessoas)	2013 (Mil pessoas)	2013-2012 (Mil pessoas)
Alta Classe Média	17.719	17.097	-622
Média Classe Média	31.182	28.857	-2.325
Baixa Classe Média	85.893	89.043	3.150
Massa Trabalhadora	50.101	50.218	116
Miseráveis	14.794	16.253	1.459
Total	199.689	201.467	1.778

Fonte: PNAD – IBGE.

De fato, chama a atenção, por exemplo, a retração de 2,3 milhões de pessoas na Média Classe Média e o aumento de 1,5 milhão na camada de Miseráveis.

Esta forma usual de apresentar os dados traz consigo, entretanto, a dificuldade analítica provocada pelo aumento da população entre os dois anos. Apenas para ilustrar, no aumento dos miseráveis é impossível separar a parcela que deriva do mero aumento vegetativo das famílias desta camada e a que corresponde à queda daquelas que se encontravam em camadas superiores.

Para contornar esta dificuldade simulamos uma “atualização” para 2013 da estrutura social de 2012, aplicando a distribuição percentual por camadas sociais de 2012 (que estão na Tabela 1) sobre o total da população de 2013 (201.467 mil pessoas).

Esta simulação apresenta a situação que seria encontrada em 2013 caso não ocorresse nenhuma alteração nas participações das diversas camadas, ou seja, se não existisse mobilidade social ascendente ou descendente.

Desta forma, a variação que se observa agora na Tabela 3 pode ser atribuída exclusivamente às mudanças nas posições sociais, “isolando” o crescimento populacional.

Tabela 3
Estratificação social da população brasileira

“Padrões de vida”	“2012” (Mil pessoas)	2013 (Mil pessoas)	2013-”2012” (Mil pessoas)
Alta Classe Média	17.877	17.097	-780
Média Classe Média	31.459	28.857	-2.603
Baixa Classe Média	86.658	89.043	2.385
Massa Trabalhadora	50.548	50.218	-330
Miseráveis	14.926	16.253	1.327
Total	201.467	201.467	0

Fonte: PNAD – IBGE.

Neste exercício os números ganham outro significado revelando que, em apenas um ano, uma séria mobilidade descendente atinge 780 mil pessoas na Alta Classe Média e 2,6 milhões na Média.

Como a Baixa Classe Média, que potencialmente recebeu esta queda em cadeia de 3,4 milhões de pessoas, cresceu em 2,4 milhões, sugere-se que um milhão desceu desta camada para posições inferiores.

Com a queda de 330 mil na Massa Trabalhadora (pobres), a camada de Miseráveis cresce em 1,3 milhão de pessoas rebaixadas para a pior situação social, revelando a profundidade deste processo.

Diante da estagnação na economia, é possível que o mau desempenho tenha se mantido em 2014. Neste caso, parece-nos bastante plausível admitir que o cenário de retrocesso social tenha contribuído com as dificuldades que a candidata Dilma enfrentou nas últimas eleições.

Ou seja, além dos sérios impactos advindos das revelações de mau uso dos recursos e instituições públicas, incessantemente marteladas pelos meios de comunicação, e de outras razões igualmente relevantes, existiria uma robusta base material para o descontentamento de amplos segmentos da sociedade.

Se recordarmos os resultados eleitorais no Estado de São Paulo, por exemplo, esta linha de raciocínio revela grande consistência.

Os dados das Tabelas 4 e 5 são muito elucidativos, indicando uma retração ainda mais severa nas duas camadas melhor situadas dos paulistas com “padrão de vida” de classe média, em geral com considerável influência na formação da chamada opinião pública, mas que aqui são bem mais numerosas do que a média nacional.

O recuo igualmente mais agudo na Baixa Classe Média (levando em conta as pessoas que desceram das camadas superiores), sem dúvida reforça o panorama desfavorável ao Governo Federal.

Tabela 4
Estratificação social da população do Estado de São Paulo

“Padrões de vida”	2012 (%)	2013 (%)
Alta Classe Média	12,2	11,8
Média Classe Média	23,2	20,0
Baixa Classe Média	51,3	53,9
Massa Trabalhadora	10,7	11,1
Miseráveis	2,5	3,3
Total	100,0	100,0

Fonte: PNAD – IBGE.

A Tabela 5 apresenta os números absolutos, já com a simulação de 2012.

Tabela 5
Estratificação social da população do Estado de São Paulo

“Padrões de vida”	“2012” (Mil pessoas)	2013 (Mil pessoas)	2013-”2012” (Mil pessoas)
Alta Classe Média	5.347	5.143	-204
Média Classe Média	10.159	8.739	-1.420
Baixa Classe Média	22.475	23.609	1.133
Massa Trabalhadora	4.683	4.852	169
Miseráveis	1.105	1.427	321
Total	43.769	43.769	0

Fonte: PNAD – IBGE.

Em 2013 um milhão e seiscentas mil pessoas são atingidas na Alta e Classe Média – ou seja, um contingente da ordem de 10,5% destas duas camadas em 2012 -, e outras quinhentas mil são rebaixadas da Baixa Classe Média para as camadas dos Miseráveis e Massa Trabalhadora.

Estes movimentos negativos podem ajudar a entender a radicalização e intolerância entre os adeptos das candidaturas, que atingiram níveis há muito tempo não observados em nossa sociedade.

2 A situação vigente nas eleições de 2002 e 2006

A Tabela 6 apresenta a estrutura social vigente nas eleições que elegem o Presidente Lula em 2002 e o reelegem em 2006, apontando neste período uma impressionante melhora para as camadas populares.

Tabela 6
Estratificação social da população brasileira

“Padrões de vida”	2002 (%)	2006 (%)
Alta Classe Média	7,0	7,6
Média Classe Média	11,0	11,7
Baixa Classe Média	29,2	34,6
Massa Trabalhadora	28,6	34,7
Miseráveis	24,1	11,4
Total	100,0	100,0

Fonte: PNAD – IBGE.

A camada social com “padrão de vida” de Miseráveis cai a menos da metade, indicando intensa ascensão à Massa Trabalhadora (pobres), e uma parcela expressiva desta última sobe para a Baixa Classe Média.

Nas duas camadas superiores o dinamismo é bem menor, mas não ocorrem retrocessos. O aspecto preocupante é que esta relativa letargia significa um pequeno espaço para a mobilidade da Baixa Classe Média.

A Tabela 7 compara os números absolutos de 2006 com a simulação de 2002.

Tabela 7
Estratificação social da população brasileira

“Padrões de vida”	“2002” (Mil pessoas)	2006 (Mil pessoas)	2006-“2002” (Mil pessoas)
Alta Classe Média	13.183	14.354	1.171
Média Classe Média	20.653	21.975	1.322
Baixa Classe Média	54.941	64.925	9.985
Massa Trabalhadora	53.769	65.105	11.335
Miseráveis	45.305	21.492	-23.813
Total	187.852	187.852	0

Fonte: PNAD – IBGE.

Como se observa neste exercício, um contingente impressionante de 23,8 milhões de pessoas sai da camada de Miseráveis e, admitindo a subida de um degrau por camada, potencialmente ascende à Massa Trabalhadora (pobres). Da massa trabalhadora, 10 milhões de pessoas sobem para a Baixa Classe Média e, desta, 1,3 milhão alcançam a Média Classe Média. Por fim, na Média Classe Média 1,2 milhão conseguem se inserir na Alta Classe Média.

Sem dúvida, este desempenho ajuda bastante a compreender a reeleição do Presidente Lula, apesar das insistentes denúncias do chamado “mensalão”.

3 A situação vigente nas eleições de 2010

Examinemos agora a situação vigente na eleição da Presidente Dilma em 2010.

Inicialmente, um esclarecimento metodológico. Em 2010, tal como nos demais anos em que é realizado o Censo Demográfico, o IBGE não efetuou a PNAD. Assim sendo, para garantir a comparação com a PNAD de 2006 simulamos a estratificação da PNAD de 2010 com base na média da população e das proporções das camadas encontradas em 2009 e 2011.

Da mesma forma que procedemos anteriormente, a estratificação de 2006 foi “atualizada” com esta estimativa da população de 2010 (195.910 mil pessoas). Os resultados encontram-se na Tabela 8.

Tabela 8
Estratificação social da população brasileira

“Padrões de vida”	“2006” (Mil pessoas)	“2010” (Mil pessoas)	“2010”-“2006” (Mil pessoas)
Alta Classe Média	14.970	15.193	223
Média Classe Média	22.918	26.484	3.566
Baixa Classe Média	67.711	79.061	11.350
Massa Trabalhadora	67.897	57.407	-10.491
Miseráveis	22.414	17.765	-4.649
Total	195.910	195.910	0

Fonte: PNAD – IBGE.

Os números apurados neste exercício indicam que as melhorias sociais no segundo governo do Presidente Lula foram ainda mais intensas do que no primeiro.

Ao lado da continuidade na redução da camada de Miseráveis, a Massa Trabalhadora agora também retrocede e aumenta a subida para a Baixa Classe Média, potencialmente da ordem de 11,4 milhões de pessoas. Por outro lado, reforça-se a mobilidade para as pessoas que se encontravam nesta última camada e 3,6 milhões alcançam a Média Classe Média.

Apenas a expansão da Alta Classe Média caiu em relação ao período anterior, revelando condições mais difíceis para a ascensão da Média Classe Média.

Mais uma vez, a evolução bastante positiva da estrutura social deve ter contribuído significativamente para a aprovação do Governo Lula e a eleição da Presidente Dilma.

4 A situação vigente nas eleições de 2014

Apenas com a divulgação, em 2015, dos resultados da PNAD de 2014 será possível completarmos esta análise, montando o cenário comparativo das eleições de 2014.

Entretanto, os dados das PNADs de 2011 a 2013 já fornecem indicações preliminares muito relevantes. Em primeiro lugar, observemos na Tabela 9 a evolução da estrutura social de 2010 a 2013, com os mesmos procedimentos adotados anteriormente.

Tabela 9
Estratificação social da população brasileira

“Padrões de vida”	“2010” (Mil pessoas)	2013 (Mil pessoas)	2013-“2010” (Mil pessoas)
Alta Classe Média	15.621	17.097	1.476
Média Classe Média	27.226	28.857	1.631
Baixa Classe Média	81.271	89.043	7.772
Massa Trabalhadora	59.066	50.218	-8.848
Miseráveis	18.284	16.253	-2.031
Total	201.467	201.467	0

Fonte: PNAD – IBGE.

Os dados acumulados ao longo do período apontam a continuidade no processo de melhorias sociais e uma situação também bastante favorável à candidata Dilma.

Contudo, ao desagregarmos os dados de cada ano do triênio, tal como apresentado na Tabela 10, constata-se que a evolução positiva se concentrou nos dois primeiros anos e, como já visto na abertura deste artigo, em 2013 o cenário é totalmente distinto.

Tabela 10
Variações anuais na estratificação social da população brasileira

“Padrões de vida”	“2011”-“2010” (Mil pessoas)	“2012”-“2011” (Mil pessoas)	2013-“2012” (Mil pessoas)
Alta Classe Média	358	1.898	-780
Média Classe Média	934	3.300	-2.603
Baixa Classe Média	3.335	2.052	2.385
Massa Trabalhadora	-3.148	-5.370	-330
Miseráveis	-1.479	-1.879	1.327
Total	0	0	0

Fonte: PNAD – IBGE.

Em termos impressionísticos, a boa performance do biênio 2011–2012 pode ser atribuída ao impacto benéfico do forte crescimento econômico de 2010 e seu efeito inercial, num quadro de baixo crescimento, porém sem recessão. Já em 2013 devem estar atuando as forças deletérias da prolongada paralisia, superando aqueles estímulos iniciais.

Retomando os comentários anteriores, em 2013 são bastante expressivas as reduções na Alta (780 mil pessoas) e, principalmente, na Média Classe Média (2,6 milhões), inchando a Baixa Classe Média.

Por sua vez, os números sugerem que um contingente em torno de um milhão de pessoas foi rebaixado desta última camada, algo inédito ao menos desde 2004. Por fim, e também pela primeira vez no período, a camada de Miseráveis cresce em 1,3 milhão de pessoas, revelando a profundidade do descenso social.

Caso este cenário tenha se repetido em 2014, não se deve menosprezar sua contribuição para as dificuldades encontradas na reeleição da Presidente Dilma.

Da mesma forma, são inteiramente procedentes as preocupações com os desdobramentos dos ajustes de corte recessivo anunciados pelo Governo Federal para 2015. Se a paralisia prolongada provocou um retrocesso desta magnitude, um recuo maior na economia pode causar um estrago ainda mais sério na estrutura social, em grande medida afetando aqueles que foram beneficiados recentemente.

Apenas para termos uma ideia aproximada do significado social desta trágica possibilidade, simulamos na Tabela 11 um retorno para o quadro vigente em 2010.

Tabela 11
Variações na estratificação social da população brasileira

“Padrões de vida”	2013 (Mil pessoas)	“2010” (Mil pessoas)	“2010”-2013 (Mil pessoas)
Alta Classe Média	17.097	15.621	-1.476
Média Classe Média	28.857	27.226	-1.631
Baixa Classe Média	89.043	81.271	-7.772
Massa Trabalhadora	50.218	59.066	8.848
Miseráveis	16.253	18.284	2.031
Total	201.467	201.467	0

Fonte: PNAD – IBGE.

Como se observa, os números do exercício são de fato impressionantes: um milhão e meio de pessoas seriam rebaixadas da Alta Classe Média, outro milhão e seiscentos mil da Média – somando 3,1 milhões nestas duas camadas –, e a Baixa Classe Média sofreria um encolhimento de 7,8 milhões. Por sua vez, a Massa Trabalhadora (pobres) incharia em 8,8 milhões e os Miseráveis em dois milhões.

Cabe enfatizar que estas perdas seriam acrescentadas àquelas ocorridas em 2013!

E nada indica que estes enormes contingentes irão aceitar passivamente a piora em suas condições de vida. Como sabemos estas já são bastante precárias ao se levar em conta as más

condições predominantes na saúde, educação, transporte e locomoção, segurança pública, moradia, saneamento etc.

5 Breves comentários sobre a emergência de uma Nova Classe Média

Logo após o início do processo de mobilidade social nas camadas populares ganhou força a interpretação de que estaria ocorrendo o surgimento de uma nova Classe Média, que rapidamente se torna majoritária na estrutura social.

Assim sendo, finalmente se constituiria no Brasil uma sociedade de classe média, com forte redução na desigualdade social⁵.

De nossa parte, ao lado de vários outros estudiosos e pesquisadores, sempre recusamos esta interpretação.

Desde logo por razões teóricas, já que a denominação Nova Classe Média foi atribuída por vários autores clássicos à nova e crescente camada de trabalhadores “não operários” ou “colarinhos brancos” que surge com a Segunda Revolução Industrial. Processo este que mais adiante é reforçado pela emergência do Estado de Bem Estar Social nos países desenvolvidos.

Assim sendo, no período recente não ocorre o surgimento de uma Nova Classe Média no sentido atribuído por Wright Mills⁶, por exemplo, mas uma significativa expansão da Baixa Classe Média (ou classe média popular), que já era relevante no início do processo.

Na interpretação que acolhemos a autêntica Nova Classe Média brasileira surgiu como resultado do nosso processo de industrialização, atingindo sua plenitude durante as rápidas transformações que ocorrem no “Milagre Econômico”, do final dos anos sessenta a meados dos setenta.

Isto, obviamente, não significa reduzir a relevância da inédita mobilidade que se verificou desde 2004 entre as camadas populares. Trata-se apenas de um cuidado metodológico que pode nos proteger de recorrentes vocalizações um tanto apologéticas.

A segunda razão para nos distanciarmos da euforia daquela interpretação, diz respeito ao fato de que as condições enfrentadas pelas pessoas e famílias com padrão de vida de Baixa Classe Média não são exatamente o que se espera de uma autêntica classe média.

No Brasil, o que comumente se entende por padrão de vida de classe média envolve, ao menos: ensino fundamental e médio em escolas particulares com altas mensalidades, estudo de idiomas e viagens internacionais, planos de saúde abrangentes e caros, moradia em bairros bem localizados e servidos de infraestrutura, algum tipo de segurança particular e outros gastos que não podem ser suportados pela Baixa Classe Média.

⁵ Cf., entre outros, Neri, Marcelo C. *A nova classe média*. Rio de Janeiro: FGV, CPS, 2008; Paes de Barros, Ricardo; Grosner, Diana. *Vozes da classe média*. Brasília: SAE, 2012.

⁶ Cf. Mills, C. Wright. *A nova classe média (White Collar)*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

Em nossa metodologia as condições de vida desta camada social são aquelas enfrentadas, por exemplo, pela grande massa de professores do ensino fundamental, auxiliares de enfermagem, comerciários, auxiliares de escritório e outras ocupações desta natureza. Ainda que estejam distantes da miséria e mesmo da pobreza, também não se pode negar que enfrentam uma série de graves precariedades.

Desta forma, mais do que comemorarmos precipitadamente o advento de uma sociedade de classe média no Brasil, deveríamos prestar atenção nos enormes desafios para que esta realidade se concretize no curto e médio prazo. O que, ao lado da retomada do desenvolvimento econômico em bases avançadas, requer a recuperação da depauperada infraestrutura social.

Estas considerações, entretanto, não devem obscurecer a enorme importância de vários programas governamentais com forte impacto na ascensão de jovens das camadas populares, tais como: o Prouni, o Fies e a política de cotas, que viabilizaram o acesso ao ensino superior para amplos contingentes; o Ciência Sem Fronteiras, que abriu a possibilidade de intercâmbio internacional; bem como a rápida expansão de vagas no ensino técnico por meio do Pronatec, que ampliou as chances de qualificação profissional. Além dos benefícios do Minha Casa Minha Vida para suas famílias.

Prosseguindo, julgamos relevante não só evidenciar a rápida expansão da Baixa Classe Média, mas também levar em conta as oportunidades de ascensão para o grande contingente de pessoas e famílias que já se encontrava nesta camada no início do processo.

É o que se apresenta no exercício da Tabela 12, com os mesmos procedimentos realizados anteriormente. Aqui a estratificação de 2002 é atualizada para 2012, ou seja, ainda não estamos levando em conta o retrocesso de 2013.

Tabela 12
Variações anuais na estratificação social da população brasileira

“Padrões de vida”	“2002” (Mil pessoas)	2012 (Mil pessoas)	2012-”2002” (Mil pessoas)
Alta Classe Média	14.014	17.719	3.705
Média Classe Media	21.955	31.182	9.227
Baixa Classe Média	58.403	85.893	27.490
Massa Trabalhadora	57.157	50.101	-7.056
Miseráveis	48.160	14.794	-33.366
Total	199.689	199.689	0

Fonte: PNAD – IBGE.

Como se observa, os números “atualizados” de 2002 apontam a existência de 58,4 milhões de pessoas (em números de 2012) que já estavam na Baixa Classe Média. Assim sendo, tão importante quanto olhar para a chegada de 27,5 milhões de pessoas (mais 47,1%), é atentar para as novas oportunidades de ascensão que se abrem na Média e Alta Classe Média.

Admitindo que a expansão de 3,7 milhões na Alta Classe Média foi integralmente ocupada por famílias que estavam na Média Classe Média, e como esta cresceu em 9,2 milhões, potencialmente foi gerado um montante de 12,9 milhões de novas oportunidades para pessoas da Baixa Classe Média ascenderem à Média Classe Média.

Neste raciocínio deve-se observar que estes 12,9 milhões representam 22,1% do contingente inicial de 58,4 milhões. Este seria o espaço relativamente estreito para a ascensão da Baixa Classe Média ao longo de 10 anos admitindo a hipótese irrealista de que as novas oportunidades foram todas ocupadas por aqueles que se encontravam nesta camada no início do período. Ou seja, deixando de lado os 27,5 milhões que encorpam esta camada.

Se incluirmos este último contingente no exercício, as novas oportunidades seriam disputadas entre 98,8 milhões de pessoas, ou seja, entre os 85,9 milhões que estavam na Baixa Classe Média em 2012 acrescidos dos 12,9 milhões que teriam subido para a Média Classe Média até 2012. Com o que, o funil reduz-se para 13,1% em 10 anos de mobilidade social muito mais intensa nas duas camadas inferiores.

Concluindo, o crucial é entender que a importantíssima expansão da Baixa Classe Média representou oportunidades de ascensão para famílias que se encontravam nas camadas inferiores e não necessariamente representou melhorias estruturais para ela mesma. Por outro lado, as novas oportunidades para a Baixa Classe Média devem ser procuradas na expansão das duas camadas superiores.

E aqui ganha pleno significado os limites do processo de mobilidade que vigora desde 2004, com mais fraco dinamismo na Alta e Média Classe Média.

Como apontamos em outras oportunidades, consideramos que este limite deriva fundamentalmente do baixo desempenho do processo de desenvolvimento recente no que se refere aos desafios da reindustrialização e do progresso tecnológico.

E isto porque, seria justamente este desenvolvimento mais avançado e com amplas repercussões nos serviços produtivos, ao lado da recuperação da infraestrutura social, que poderia gerar novas oportunidades para ocupações mais qualificadas e melhor remuneradas. Que são as que integram aquelas duas camadas sociais.

6 Algumas considerações metodológicas

Uma discussão recorrente entre vários estudiosos do assunto diz respeito ao uso da renda dos indivíduos e famílias para a estratificação social.

Desde logo concordamos que a renda não pode ser tomada como critério para definir as classes sociais, tal como entendem os autores de orientação liberal. Entretanto, julgamos temerário qualquer outro procedimento para fazê-lo a partir de variáveis dos inquéritos domiciliares do IBGE, a saber, Censos Demográficos, Pesquisas Anuais por Amostra de Domicílios ou Pesquisa de

Orçamento Familiar. E isto por uma razão muito simples: eles não foram concebidos com esta finalidade.

Entendemos que a teoria das classes sociais é decisiva para não cometermos equívocos na pesquisa empírica, mas que deve ser tomada apenas como uma referência conceitual. Por isso mesmo, em meus estudos e artigos nunca emprego tal denominação. Como já enfatizei várias vezes em outros trabalhos, lanço mão da **estrutura ocupacional** proposta por Wright Mills como chave para a operacionalização do conceito, obtendo-se uma aproximação com respaldo teórico⁷.

Por outro lado, numa sociedade tão heterogênea como a nossa, é imperioso utilizarmos a renda declarada nos inquéritos domiciliares para estratificar os indivíduos que integram uma mesma ocupação, obtendo o que denomino de “padrões de vida”.

Neste sentido, o pesquisador e professor do IE-Unicamp Alexandre Gori Maia ofereceu enorme contribuição ao demonstrar a forte correlação da renda declarada com as demais variáveis indicativas das condições de vida. Ou seja, ela revelou-se uma boa *prox*⁸.

Em nosso entendimento, para a estratificação social com dados dos inquéritos domiciliares a verdadeira questão não é utilizar ou não a renda declarada, mas sim como usá-la adequadamente. Ou seja, de forma a obter uma imagem próxima à realidade.

Nesta linha de argumentação, o trabalho de Kerstenetzky e Uchôa auxilia muito a discussão ao demonstrar a inconsistência da metodologia adotada pela SAE⁹ no que diz respeito a padrões de moradia, acesso a cartão de crédito e cheque especial, plano de saúde e educação¹⁰.

Uma abordagem igualmente esclarecedora é oferecida pelo pesquisador Jessé Souza. Partindo de outra matriz teórica consagrada, este autor agrega elementos relevantes à compreensão da problemática ao traçar a trajetória de vida dos “batalhadores”¹¹. Para ilustrar seus conceitos, seleciona ocupações típicas entre trabalhadores que escaparam da miséria, mas que ainda auferem baixos rendimentos.

⁷ Ao contrário de tentar identificar empiricamente as classes sociais, nosso objetivo é construir a “infraestrutura das classes sociais”.

⁸ Cf. Maia, Alexandre Gori. *Espacialização de classes sociais no Brasil: uma nova dimensão para a análise da estrutura social*, Tese (Doutorado)—IE-Unicamp, Campinas, SP, 2006. Biblioteca Virtual.

⁹ Cf. Paes de Barros, Ricardo; Grosner, Diana. *Vozes da Classe Média*. Brasília: SAE, 2012.

¹⁰ Cf. Kerstenetzky, Celia L.; Uchôa, Christiane. *Moradia inadequada, escolaridade insuficiente, crédito limitado: em busca da nova classe média*. In: Bartelt, Dawid D. (Org.). *A ‘nova classe média’ no Brasil como conceito e projeto político*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.

¹¹ Cf. Souza, Jessé. *Os batalhadores brasileiros. Nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.